



**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.**

Às dezenove horas e dezesseis minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e treze, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Henrique Braga e com a presença dos vereadores Jorge Santos e Adriano Ventura, reuniu-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos para realização de audiência pública com a finalidade de o Executivo proceder à apresentação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2014-2017, conforme áreas de resultado do Programa BH Metas e Resultados: Prosperidade e Cidade Sustentável; e de a sociedade ter oportunidade de debater e de apresentar sugestões de alteração. Esta reunião decorre da aprovação do Requerimento nº 1.741/13, de autoria dos vereadores Henrique Braga, Gilson Reis, Jorge Santos e Adriano Ventura. Registre-se que esta reunião estava agendada para as 19 horas. Registre-se, ainda, a presença dos vereadores Arnaldo Godoy, Pedro Patrus, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Pablo César-Pablito. O vereador Adriano Ventura justificou a ausência do vereador Gilson Reis. O presidente justificou a presença do vereador Tarcísio Caixeta. Foram convidados a tomar assento à mesa: 1) o vice-prefeito de Belo Horizonte e secretário municipal de Meio Ambiente, Délio Malheiros; 2) o secretário municipal de Desenvolvimento, Custódio Antônio de Mattos; 3) o secretário municipal adjunto de Orçamento, Thiago Alexander Costa Greco; 4) o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, Leonardo Pessoa Paolucci. O presidente informou que, após a exposição dos representantes do Executivo, seria aberta a palavra a todos os presentes. Thiago Alexander Costa Greco saudou a todos e informou que a apresentação feita nesta audiência e a documentação sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – está disponível no



sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH. Efetuou a leitura de ofício esclarecendo as finalidades e as formas de celebração de parcerias público-privadas. Destacou que essas previsões de investimentos não estão incluídas na peça orçamentária por não se referirem a recursos públicos, mas sim a recursos privados. Disse que as operações urbanas também não são consideradas no PPAG, vez que não representam previsão de gastos de recursos do Orçamento Municipal. Custódio Antônio de Mattos saudou a todos e expôs os programas sustentadores da área de resultado Prosperidade, quais sejam: desburocratização e melhoria do ambiente de negócio; promoção e atração de investimentos; turismo em BH; Copa 2014 e Olimpíadas 2016; qualificação, profissionalização e emprego. Disse que estão sendo realizadas, por meio de parcerias público-privadas, a substituição de 30 escolas e de 80 centros de saúde. Informou que a Prefeitura contratou a Fundação Dom Cabral para realizar uma análise e propor planos de desenvolvimento para o Município. Disse que a fundação alertou para a impossibilidade de ações de desenvolvimento econômico isoladas em Belo Horizonte sem a consideração dos impactos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ressaltou, ainda, que Belo Horizonte não tem vocação para grandes empreendimentos industriais e que deve focar no fomento de empreendimentos de alta tecnologia e de serviços. Disse que estão sendo desenvolvidos projetos de incentivo a micro e pequenos negócios. Comentou sobre as formas de fomento e financiamento existentes em Belo Horizonte para pequenos e micro empreendimentos. Disse que o foco recomendado para o desenvolvimento do Município são as áreas de Informática, Saúde, Turismo e Moda. Disse que Belo Horizonte é um dos quatro maiores pólos de Informática do Brasil e que a Prefeitura elegeu essa área como uma das mais promissoras de desenvolvimento no Município. Comentando sobre a área de Turismo, enalteceu a vocação do Município para essa área, em especial o turismo de eventos. Informou que o governo do Estado de Minas Gerais vai construir um novo espaço de eventos na Gameleira, e a Prefeitura vai construir outro na Cristiano Machado. Disse que Belo Horizonte está investindo pesado na área de educação



profissionalizante, em parceria com o governo do Estado e com o governo federal. Délio Malheiros saudou a todos e apresentou os programas da área Cidade Sustentável, destacando como sustentadores: coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos; gestão ambiental; planejamento e estruturação urbana; movimento Respeito por BH; manutenção da cidade. Comentou sobre as ações de desassoreamento e limpeza da Lagoa da Pampulha e informou a previsão de conclusão dos trabalhos até 2016. Comentou sobre o índice de salubridade ambiental no Município e ressaltou que a cobertura da coleta de resíduos sólidos no Município chega a 97,02% (noventa e sete vírgula zero dois por cento). Disse que a previsão para 2016 é chegar a 40 unidades de recolhimento de pequenos volumes - URPVs. Disse que coleta seletiva atende, hoje, 30 bairros e que a previsão é de chegar a 60 bairros. Comentou sobre a expansão do atendimento da coleta regular de resíduos sólidos, em especial dentro de vilas e favelas. Informou que foram reformados 25 parques e que serão inaugurados quatro novos parques. Comentou sobre as medidas de prevenção de enchentes, em especial a construção de seis novas bacias e reservatórios de retenção. Comentou sobre os projetos de revitalização da Lagoa da Pampulha e de seu entorno. Expôs dados sobre a recuperação e a recomposição de pavimento asfáltico e de calçadas. Comentou sobre a implementação da Coordenadoria de Defesa dos Animais, ressaltando que o problema dos animais nos centros urbanos sempre foi tratado como questão de saúde. Informou sobre o Programa de Combate a Pichações, sobre o Programa "Minha Calçada eu Curto eu Cuido". Enalteceu a iniciativa de ampliar os serviços contemplados do Programa Cidadão Auditor e explicou o funcionamento desse programa para monitorar a prestação de serviços de recolhimento de resíduos sólidos. Comentou sobre outras medidas de revitalização de espaços urbanos, como a identificação de 100% (cem por cento) dos cruzamentos da cidade. Apresentou dados detalhando os valores previstos no PPAG 2014-2017 por programas e ações da área Cidade Sustentável. O vereador Jorge Santos saudou a todos e comentou que as metas de desburocratização para abertura de novos negócios são muito modestas e ponderou que os prazos



para esses procedimentos são mais céleres em municípios vizinhos. Questionou os poucos recursos destinados ao incentivo de turismo de negócios. O vereador Adriano Ventura saudou a todos e elogiou os secretários municipais pela presença constante na CMBH e lamentou a ausência do Prefeito a essas discussões. Elogiou os números apresentados pelo Executivo, mas considerou tímidas as propostas apresentadas para o período de 2014 a 2017. Cobrou medidas mais ousadas no tocante ao tratamento dos resíduos sólidos no Município. Propôs que a Prefeitura ofereça descontos no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – para cidadãos carentes manterem suas calçadas. Comentou que o PPAG atual apresenta dados muito similares aos do último PPAG. Criticou o baixo orçamento proposto para a Coordenadoria de Defesa dos Animais. Comentou sobre o projeto Cavalos de Lata que propõe o uso de veículos híbridos e ecologicamente corretos em substituição aos veículos de tração animal usados pelos carroceiros. Defendeu a realização imediata da Conferência de Política Urbana, e não em 2014 como proposto no PPAG. O vereador Pedro Patrus apoiou as manifestações dos vereadores Adriano Ventura e Jorge Santos. Comentou sobre a área de Prosperidade e lamentou sobre os poucos recursos destinados no PPAG ao combate à exploração de crianças e adolescentes. Lamentou que a Lei Geral da Copa não preveja nenhuma medida de proteção à criança e ao adolescente no Município. Questionou as medidas previstas de inclusão dos catadores de materiais recicláveis que serão afetados pela expansão da coleta seletiva, porta a porta e ponto a ponto. Ressaltou a necessidade de desenvolvimento de campanhas de conscientização da população para a coleta seletiva. O vereador Arnaldo Godoy saudou a todos e cobrou da Prefeitura maior discussão sobre a cidade. Defendeu que o Prefeito deveria realizar audiências públicas para apresentar os planos e os programas propostos para a cidade. Disse que a falta de diálogo do Prefeito com a população cria um abismo entre o que o Prefeito propõe e o que a cidade deseja. O vereador Pablo César-Pablito saudou a todos, enalteceu a importância da discussão sobre o PPAG e afirmou ser imprescindível a participação popular nas discussões



orçamentárias. Elogiou o vereador Henrique Braga e os demais integrantes de Comissão de Orçamento e Finanças Públicas pela iniciativa de realizar as audiências públicas para discutir o PPAG. Cobrou a realização imediata da Conferência de Política Urbana e manifestou sua indignação com o adiamento da conferência para 2014. Elogiou o Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Araujo de Lacerda, por receber os vereadores, ao contrário de prefeitos anteriores, e elogiou, também, os secretários municipais pela sua constante presença nas audiências públicas nesta Casa. O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares saudou a todos e comentou sobre a necessidade de realização da Conferência Municipal de Política Urbana e lembrou que a última conferência foi realizada em 2001, não considerando a realizada no primeiro mandato do Prefeito Marcio Lacerda. Disse que o momento oportuno para realizar a conferência é agora e que acredita que o Prefeito entende esse fato e está preparando a realização dessa conferência. Lembrou que as URPVs são destinadas ao recebimento de pequenos volumes gerados pelos cidadãos e que não recebe grandes volumes, nem lixo hospitalar. Ressaltou que a cidade demanda grandes investimentos, mas que essas necessidades devem obedecer a disponibilidades orçamentárias. Informou que a CMBH aprovou projetos de lei destinando R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para a recuperação da Lagoa da Pampulha e que vê o orçamento para essas obras em volume superior ao previsto nos orçamentos anteriores. Elogiou a realização de diversas audiências públicas para discutir o PPAG e comentou que essa agenda foi construída com apoio e participação do Executivo. Ressaltou a necessidade de ampliação dos programas de defesa dos animais, bem como a necessidade de serviços públicos como a castração de animais e um hospital veterinário. O presidente franqueou a palavra ao público presente, registrando que cada pessoa teria três minutos para suas manifestações. Gladstone, membro da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa e Presidente da Associação Comunitária do Bairro São Gabriel, criticou a falta de diálogo do Prefeito com a população. Criticou a não realização imediata da Conferência Municipal de Política Urbana. Ibiraci do Carmo, presidente da Associação Comunitária do Bairro



Santa Tereza, criticou a falta de informação da população sobre os projetos propostos pela Prefeitura. Cobrou maior discussão das mudanças propostas para a Área de Diretrizes Especiais - ADE - do Bairro Santa Tereza. Fernando Santana cobrou maior discussão da cidade. Disse que existem na CMBH quatrocentos projetos de lei propondo alterações na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. Cobrou a realização imediata de discussões sobre o planejamento urbano da cidade. Magali, presidente da Associação do Bairro Planalto e adjacências, ressaltou a falta de preocupação da atual administração com o meio ambiente e criticou o descaso do poder público com as áreas verdes no Bairro Planalto. Disse que Belo Horizonte perdeu seu título de cidade jardim. Pedro Martins, membro do Movimento Santa Tereza, disse que o Bairro Santa Tereza rejeita a instalação de escola profissionalizante no Mercado Distrital de Santa Tereza e que os moradores do bairro não aceitam essa imposição. Tiago Moraes, assessor do vereador Gilson Reis, defendeu a ampliação do metrô e disse que a construção de avenidas não resolve o problema de mobilidade urbana. Defendeu a ampliação da coleta seletiva no Município. Marinalva, representante da Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e adjacências, registrou a presença dos povos indígenas nas presentes discussões e cobrou a determinação de terras para assentamento das populações indígenas. Às 21h15min, o presidente prorrogou a duração da reunião por mais quarenta minutos. O presidente franqueou a palavra ao público presente. Adriana Torres, membro do Movimento Nossa BH, comentou sobre as intervenções previstas ressaltando a sua concentração no ano de realização da Copa de 2014 e a sua redução no ano seguinte. Lamentou a falta de dados para análise das intervenções propostas na região do Isidoro. Repudiou a proposta de desapropriações na região da Lagoinha para instalação do Centro Administrativo da Prefeitura. Cobrou a realização da Conferência Municipal de Política Urbana no início do ano de 2014. Cobrou maior aproximação do poder público com a sociedade civil organizada nas questões ambientais. Ivaneide disse que a ampliação da coleta seletiva é uma demanda de toda a população. Disse que atua em cooperativa de seleção de matérias recicláveis e



disse que os materiais recolhidos na coleta porta a porta são de boa qualidade. Osvaldina propôs a ampliação das metas dos programas de fomento da economia solidária e a realização de uma feira anual voltada para a economia solidária. Mariana, representante da Organização Não Governamental – ONG – ‘Proteger os Animais, criticou a escravidão dos animais na sociedade moderna e elogiou as medidas que visem à proteção dos animais. Adriana Cristina disse que os animais não são o problema, mas que os problemas são causados pelos seres humanos. Criticou o atraso de Belo Horizonte nas medidas de redução do número dos carroceiros. Disse que a forma como os animais são tratados reflete a forma como uma sociedade trata seus membros. Denunciou que o atual governo não criou nenhum centro de castração de animais em Belo Horizonte. O presidente informou que a população pode apresentar, até 23/10/13, propostas para emendas no PPAG e que essas propostas serão analisadas pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas. Custódio Antônio de Mattos disse que a burocracia para abertura de empresas não é um problema em Belo Horizonte e que o prazo para microempresa é de 10 dias, e o prazo para grandes empreendimentos é de 60 dias. Informou que não é política da Prefeitura de Belo Horizonte conceder incentivos fiscais para atração de investimentos. Ressaltou que a eficácia das políticas de fomento em Turismo não depende diretamente do volume de investimentos e que grandes avanços têm sido atingidos com a constância e a qualidade das medidas adotadas. Citou exemplos de grandes eventos que foram realizados em Belo Horizonte, nos últimos anos. Informou que as políticas de economia solidária possuem mais recursos do que os previstos no PPAG, vez que essa peça apresentaria apenas a contrapartida do Município em convênios e que os convênios devem ser firmados ano a ano, e o PPAG não pode considerar convênios não firmados. Afirmou que a Conferência Municipal de Política Urbana será realizada no primeiro trimestre de 2014. Disse que o atraso na realização da conferência se deveu a atrasos na elaboração dos planos regionais. Informou que o ano de 2014 será destinado às discussões, e o ano de 2015 terá por objeto a revisão da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. O



presidente lembrou que será realizada, em 22/10/13, audiência pública para discutir a Lei Orçamentária Anual - LOA. Délio Malheiros lembrou que Belo Horizonte foi a primeira cidade a acabar com as sacolas de plástico e disse que vai analisar com cuidado o projeto Cavalo de Lata. Informou que Belo Horizonte possui indústrias para transformação de resíduos da construção civil em concreto e centros de recolhimento desses resíduos. Disse que a Prefeitura está cuidando das quatrocentas e sessenta mil árvores no Município. Lembrou que muitos dos recursos para a defesa do meio ambiente são provenientes de medidas compensatórias por particulares. Defendeu que a coleta seletiva deve atender 100% (cem por cento) das residências. Disse que a Prefeitura vai pressionar os empreendedores para que seja mantido o máximo de área verde no Bairro Planalto, preferencialmente em área superior à exigida pela lei. Disse que a Prefeitura irá cobrar judicialmente os danos causados às árvores por motoristas embriagados. Propôs a implementação da logística reversa com relação a embalagens tetrapak, obrigando os fabricantes a pagarem pelo recolhimento dessas embalagens, tal como ocorre com baterias e pilhas. Afirmou que a Prefeitura não determinou a retirada de nenhuma capivara da Lagoa da Pampulha e que, se alguém for visto retirando algum animal, a polícia deve ser acionada para verificação da ocorrência de crime ambiental. Nada mais havendo a ser tratado, às vinte e uma horas e cinquenta e quatro minutos, o presidente declarou encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente:.....

